

Original

ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL
DOS ÍNDIOS APINAYÉ

MARIA ELISA LADEIRA
Antropóloga
Universidade de São Paulo

Relatório relativo a viagem ao campo realizada
no período de 12/06 a 26/06/1983.

I N D I C E

APRESENTAÇÃO

PARTE I : OS APINAYÉ E A QUESTÃO DA TERRA

- | | |
|---|----|
| 1) A FUNAI e a demarcação do território | 1 |
| 2) O território tradicional | 8 |
| 3) Limites propostos pelos Apinayé | 18 |

PARTE II : OS APINAYÉ E A ASSISTÊNCIA DA FUNAI

- | | |
|---|----|
| 1) O caráter da assistência | 20 |
| 2) As Cantinas e a exploração do babaçu | 24 |

PARTE III

- | | |
|--|----|
| 1) Considerações sobre a aplicação dos recursos do convênio CVRD/FUNAI | 32 |
| 2) Recomendações | 38 |

BIBLIOGRAFIA 41

ANEXOS - índice 42

APRESENTAÇÃO

Este relatório tem como objetivo a exposição dos dois problemas vitais para o futuro dos Apinayé: a demarcação de seu território e o caráter da assistência prestada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Para ambos os problemas apresento sugestões de resolução a curto prazo, sugestões estas que discuti com os Apinayé e funcionários da FUNAI na área.

Sabemos que a implantação do Projeto Grande Carajás trará alterações profundas na estrutura sócio-econômica da região afetada. A principal destas alterações será sem dúvida o crescimento demográfico e os problemas decorrentes quanto a posse e a regulamentação fundiária. O extremo norte gôiano, onde estão localizados os Apinayé, é uma região que tem se caracterizado, nos últimos anos, por sérios e sistemáticos conflitos pela posse da terra. O nível destas tensões deverá aumentar bastante com a desativação do garimpo da Serra Pelada e com a implantação das fases subsequentes do Projeto Grande Carajás.

Os acordos firmados entre a CVRD e o Banco Mundial visam garantir às comunidades indígenas situadas na área de influência do Projeto Grande Carajás, um mínimo de condições para que possam enfrentar as alterações em seu meio ambiente decorrentes da implantação deste Projeto. Portanto, a CVRD deverá dar prioridade máxima, na esfera da sua competência, aos dois problemas acima mencionados e que constituem o objeto deste relatório

OS APINAYÉ E A QUESTÃO DA TERRA

1. A FUNAI é a demarcação do território:

Apesar do convênio CVRD/FUNAI estabelecer como obrigatório a demarcação dos territórios das comunidades indígenas que serão afetadas pela implantação do Projeto Ferro-Carajás e apesar dos Apinayé não terem seu território demarcado, os cronogramas financeiros apresentados pela FUNAI, tanto para 1982 quanto para 1983, não apresentam nenhum desembolso com o item "demarcação".

Devo igualmente chamar a atenção que o "Quadro demonstrativo - Aviventação/Demarcação", enviado pela FUNAI à CVRD em abril de 1983, não faz referência à demarcação Apinayé. Em baixo do referido documento, anotado à mão, um lacônico "os Apinayé vai pelo decreto regulamentando as demarcações em área indígena". O que não me parece nada promissor. Pois se antes a aprovação do memorial descritivo para a demarcação de uma área indígena cabia exclusivamente à FUNAI, por via de seu presidente em exercício, por este novo decreto - de 23/02/1983 - "a proposta da FUNAI será examinada por um Grupo de Trabalho composto por representantes do Ministério do Interior, do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, Fundação Nacional do Índio e de outros órgãos federais ou estaduais julgados convenientes, que emitirá parecer conclusivo encaminhando o assunto à decisão final dos Ministérios do Interior e Extraordinário para Assuntos Fundiários" (§ 3º, art. 2º).

O que sem dúvida irá considerar com um peso maior os interesses da sociedade nacional em detrimento dos interesses dos índios.

A área Apinayé é rica em babauais, caracterizando-se como área de transição entre a floresta tropical e o cerrado. A situação Apinayé é crítica e necessita de urgente definição.

Do território de ocupação tradicional reivindicam apenas uma área de aproximadamente 130 mil hectares, a maior parte situada no município de Tocantinópolis(GO) (1). Dentro desta área existem perto de 1.000 a 1.500 regionais, incluindo mulheres e crianças. É grande a tensão na região mesmo existindo inúmeros laços de compadrio entre índios e regionais.

A FUNAI em 1978, através de seu então presidente, Gal. Ismarth de Araujo, assinou o memorial descritivo delimitando a área Apinayé em 85.800 ha. Esta área não foi aceita pelos índios, principalmente pelos da aldeia São José que interromperam a demarcação por não concordarem com o limite oeste (2) e principalmente com o limite sul, já que uma linha seca atravessaria a aldeia.

Os Apinayé da aldeia de São José foram pressionados de vários modos pelo órgão tutelar, na gestão da 7ª DR, para que aceitassem os limites propostos. O Delegado regional alegava que não se podia transpor o limite fixado pela rodovia Transamazônica - pois era uma estrada federal e que portanto os índios "não poderiam ir contra a vontade do Pre-

este memorial não tem validade - na medida em que os Apinayé não concordaram com ele - as áreas que acompanham os limites deste memorial foram cercadas recentemente. Simultaneamente a esta demonstração de "ocupação", organizaram um abaixo-assinado que encaminharam ao Ministro do Interior em 10/03/83, onde solicitam que seja mantida sem alteração a área dos índios Apinayé constante do memorial de 78 (em anexo).

Dos primeiros ocupantes da área Apinayé, são poucos os que restaram ou que tiveram suas posses ocupadas por seus descendentes. Nas duas últimas décadas, com o crescimento da região, acabaram "vendendo" estas posses aos comerciantes, profissionais liberais ou fazendeiros de Tocantinópolis. Somente alguns destes antigos posseiros permanecem em suas antigas posses, como "agregados" dos novos proprietários. O depoimento do sr. José Bastos, morador da região do Ribeirão Grande, ilustra bem como se deu o processo de expropriação do território Apinayé: " quando cheguei aqui, em 1917, esse lugar era mata topada, só se via o sol se olhasse para cima. Os índios gostavam de caçar no Formigão (nome de um afluente do Ribeirão Grande) onde matavam muito caitetu. Os Brandão foram os primeiros a se apossar do terreno dos índios, vendendo as terras que diziam ser deles, eles compravam as taperas dos moradores que saíam e foram se apossando, mas sempre em cima de berarubú(3), sempre em cima da terra do índio. Aqui perto mesmo tem uma carreira de croatá e um pé de jatobá plantado pelos índios, tinha também a "fazenda" do índio Xavito, cujo

sidente da República". Tiveram ainda o posto de assistência da FUNAI transferido de sua aldeia para a da Mariazinha, menos populosa e de menor expressão política. Mais recentemente foram ameaçados pelo chefe do PI Apinayé de não usufruírem dos recursos do Convênio CVRD/FUNAI caso não assinassem um documento aceitando os limites propostos. O que de fato foi feito; os índios assinaram o documento. Para a sorte dos Apinayé, a 7ª Delegacia Regional da FUNAI foi desativada e criada em Araguaína(GO) uma Ajudância para substituí-la. O novo chefe desta Ajudância, percebendo o quanto tal documento era prejudicial aos Apinayé, resolveu arquivá-lo.

Surge então uma nova proposta por parte da Ajudância, atendendo a reivindicação dos Apinayé, incorporando à área delimitada em 1978 o território além da Transamazônica até o Ribeirão Gameleira. É uma área fértil e rica em babaquais, ocupada atualmente por pequenos agricultores e criadores de gado. Está "sujeita a aprovação" e foi remetida pela FUNAI ao GETAT em 11/04/1983 para o levantamento da situação fundiária quanto a ocupação e titulação(em anexo).

Ao sentirem a disposição da Ajudância em ampliar a área indígena delimitada em 1978, os chacareiros, pequenos e médios proprietários se movimentaram. Sabedores que o memorial descritivo de 78 os beneficiavam - pois deixa fora da reserva áreas indiscutivelmente consideradas como "terra de índio" - passam a reclamá-las como de sua propriedade levantando cercas e colocando agregados. Mesmo sabendo que

mourão do curral e jirau comprova. Foi a velha Felipa Brandão que começou a vender terra, sua filha Alipaldina continuou e agora seu filho, o Lucas Brandão, já vendeu a Jardineira, a Buritirana, o Teodósio, o Jacarandá, vendeu até chegar na beira do Ribeirão".

A relação dos índios com os antigos moradores, como o sr. José Bastos, é diferente daquela mantida com os "novos" invasores, pois compraram os terrenos sem o consentimento dos índios e se julgam agora "proprietários". Os antigos posseiros pediam permissão ao índios para "se assentarem", reconhecendo os Apinayé como os legítimos donos e considerando-se agregados dos índios. Via de regra a relação estabelecida com estes posseiros e seus descendentes continua sendo de respeito mútuo: "meu pai, o João Bezerra, teve permissão do velho Estevo para levantar morada, eu vim para cá pixotinha, me criei aqui, dentro da terra do índio e criei meus 4 filhos, já tenho filho com 24 anos, todos criados aqui dentro, eu agradeço muito os índios, sempre foram bons. Se não fosse eles terem deixado a gente ficar aqui, para onde a gente tinha ido? Agora meu marido é vaqueiro do Nei, o Nei comprou 40 alqueires do Manú e meu marido é vaqueiro da fazenda. O Nei diz que como a demarca vai passar, ele vai tocando a fazenda. O pessoal compra sabendo que é terra de índio, depois nega. Eu não, eu sou muito reconhecida a eles" (Maria dos Anjos Bezerra de Araujo, moradora da área do Ribeirão Grande).

São os novos invasores - pequenos e médios proprietários e quase em sua totalidade residindo em Tocantinópolis - (vide relação em anexo) - que acirram o clima de tensão alegando que a criação da área Apinayé prejudica os interesses do município, considerando seus interesses particulares como interesse público. Como exemplo, no dia da minha saída da área Apinayé fui comunicada pelo chefe do posto que o Prefeito de Tocantinópolis havia solicitado, através de ofício dirigido à FUNAI, a minha presença na Prefeitura para obter informações sobre minhas atividades "no intento de acalmar expectativas que se abatem sobre nossos munícipes" (em anexo). Sentiram-se ameaçados pelo fato de ter tentado junto ao Cartório de Registro de Imóveis localizar o Registro Paroquial das Terras Indígenas e por ter percorrido, acompanhada pelos Apinayé e funcionários da FUNAI, áreas limítrofes da reserva ou áreas de antigas aldeias.

Mas o município de Tocantinópolis está sub judice, o que quer dizer que não existem títulos de propriedade definitivos. Os registros dos imóveis são registros paroquiais, em sua maior parte vagos e indefinidos quanto a área e os limites registrados. Segundo informações obtidas pelo padre Valber, de Tocantinópolis, estes registros paroquiais foram repassados para o Cartório de Registro de Imóveis. Segundo o tabelião deste cartório, eles não se encontravam ali e que provavelmente haviam sido remetidos ao IDAGO em Goiânia. Na sede do GETAT em Araguaína informaram-me que o GETAT não procedeu ainda a regulamentação dos

registros no município de Tocantinópolis e que também não haviam recebido até aquela data a solicitação, já mencionada, de levantamento fundiário da área Apinayé. Do levantamento feito junto ao GETAT, pude constatar que a área Apinayé considerada por este órgão é a área do memorial de 1978 e que não possuem nenhum projeto de regulamentação ou de assentamento nas áreas limítrofes à descrita em 1978 - ou seja nenhum projeto fundiário dentro da área que os Apinayé pretendem incorporar àquela proposta pela FUNAI. Confinando com a área pretendida pelos Apinayé - e que neste relatório será descrita - o GETAT possui um ante-projeto para demarcação da gleba chamada "ALDEIA BONITA", no município de Nazaré, que tem como confinante no rio Gameleira o limite sul da área Apinayé e uma área já regulamentada, o loteamento "Fazenda Serra", que tem como confinante no ribeirão São Martinho o limite norte da área Apinayé.

Se o processo de ocupação do território Apinayé vem se dando desde o final do séc. XVIII e acentuando-se no início deste século, ele foi sem dúvida intensificado com a implantação dos projetos de desenvolvimento na região norte de Goiás, principalmente depois da construção da Belém-Brasília e da Transamazônica, que corta o território Apinayé. Ao longo desta última estrada existem hoje pequenos núcleos de moradores onde antes estavam situados os acampamentos dos trabalhadores da estrada, vivendo de serviços prestados aos usuários da estrada (venda de refei-

ções, café, cachaça etc...). Estes núcleos, formados assim há apenas 5 ou 6 anos, tendem a crescer, transformando-se rapidamente em pequenos lugarejos e vilas - e tornando-se com isso em mais um entrave à demarcação do território Apinayé.

A abertura da Belém-Brasília e Transamazônica trouxe para Tocantinópolis um grande número de migrantes das regiões vizinhas tornando Tocantinópolis - que em 1970 tinha uma população essencialmente rural - o 2º município do extremo norte goiano. Segundo o censo de 1980, o município possui 30 mil habitantes na zona rural e 8 mil na sede.

2. O território tradicional :

Os Apinayé, como todos os Timbiray são grupos de caçadores e coletores que perambulavam pela região de extremo norte de Goiás. Este território tradicional ia da barra do rio Tocantins com o Araguaia e subindo o Araguaia até o Remanso dos Botos ia em direção ao ribeirão Curicaco e passava pelo Mosquito até chegar no Tocantins novamente. Esta informação obtida junto aos Apinayé ultrapassa um pouco o limite sul da área, a região do Mosquito, que Nimuendajú descreve como território da tribo: " o pontal entre o rio Tocantins e o Baixo Araguaia , estendendo-se para o sul, mais ou menos até 6º30'. É de se supor que, temporariamente tenham ultrapassado esses limites pelo lado do noroeste."(1956;1).

A penetração desta região se deu através de 4 entradas que os

jesuitas "empreenderam Tocantins acima a fim de descerem índios para as aldeias do Pará (*id.*, p. 1), entre 1633 e 1658. Em 1774 um viajante na Cachoeira das Tres Barras "viu-se rodeado de grande número de índios e além dos de cerco tantos eram os que se viam pela parte de baixo na preya da esquerda que parecião regimentos formados..." (*ib.* 2). De certo eram, pela sua localização no Tocantins, os Côcôijõre, os Apinayé da atual aldeia da Mariazinha (hoje reduzidos a 148 pessoas).

A partir do final do sec. XVIII os contatos entre os Apinayé e civilizados se intensificam. O governo do Pará funda na boca do Araguaia o Posto Militar de São João das Duas Barras, atual São João do Araguaia. Foi o início das hostilidades e "lutas sangrentas". "Em 1816 foi fundado, no próprio território da tribo, o primeiro povoado abaixo da Cachoeira das Tres Barras...esse povoado não teve longa existência, sendo incorporado, em 1813, ao de São Pedro de Alcântara..." tomando ambos o nome de Carolina." (*ib.*, p.4)

Logo depois da transferência do povoado das Tres Barras para Carolina, "...formou-se, pouco acima, outro que se tornou o ponto principal do intercâmbio com os Apinayé, desde aquela época até hoje: Boa Vista" (*ib.*, p.5), a atual Tocantinópolis. No começo do século passado os Apinayé eram uma das tribos mais numerosas da região, perfazendo um total de 4.200 indivíduos (Cunha Matos, 1824). Para os habitantes de Tocantinópolis os Apinayé desta época eram tão numerosos que eram "calculados em mais ou menos 18.000 indivíduos, de todas as idades e sexos" (Correia, 1977;21).

Tocantinópolis é considerada pelos Apinayé de São José como "agregado do índio". Justificam este parecer com a seguinte narrativa: quando moravam na aldeia do Alegria, às margens do ribeirão Pira, encontraram uma estátua parcialmente enterrada na praia; primeiro pensaram em flechá-la, depois acharam parecida com o padre e foram chamá-lo. Frei Gil chegou acompanhado pelos cupẽ (civilizados) e pediu que eles levantassem a estátua. Mas os cupẽ não conseguiram levantar a estátua, eram muitos mas não conseguiram. Aí o padre pediu para o índio. Vieram 5 índios e levantaram o santo, "era maneirinho". Aí o padre bateu palmas e falou: "Alegria, alegria, o santo é de vocês, vocês é que são os donos do santo". Foi por isso que esta aldeia recebeu o nome de "Alegria". Os Apinayé levaram o santo até a casa que o padre João tinha mandado fazer para guardar o santo. Passado algum tempo, o padre João falou que ia tirar um terreno para o santo, em nome do santo. Padre João era padrinho do José Dias Mātuc, chefe da aldeia, que consentiu. Segundo seu filho, o velho Toim, o padre João tirou o terreno da "praia Grande quase emendando no Mumbuca; da cabeceira do rio Craiba abeirando a mata foi e caiu no Ribeirão zinho; foi e caiu na cabeceira do Buritirana até cair no Ribeirão Grande e desceu até onde mora o Cristino". O quanto tais limites coincide com os limites do município de Tocantinópolis não sei precisar, mas o velho Toim nos indica que é menor que a área atual do município: "o padre tirou o terreno para o santo, está certo; agora os cupẽ já dizem que é deles, que eles é que são os donos desse terreno e ainda estão querendo tirar mais".

Os primeiros moradores que se fixaram no local da atual Tocantinópolis chegaram em 1818. Apesar da vinda do frei Francisco, missionário francês que fundou uma missão junto aos Apinayé em 1840, estes índios só fazem referência à formação de Boa Vista a partir do frei Gil Villanova, dominicano que chegou na região no final do século XIX, quando na verdade se inicia uma ocupação mais sistemática da região.

As aldeias assinaladas no mapa são aquelas formadas nessa história mais recente, a partir do contato mais intenso com o cupê e que constituem, na situação atual, seu habitat tradicional. Este território, no início deste século, era dividido em três áreas:

1) uma que se estendia das aldeias em águas do rio Araguaia, as aldeias do Cocalinho, na barra do São Benedito com o São Martinho até o ribeirão Carreira de Pedra (afluente do Pecobo). Quem mandava nesta área era o "capitão" Nindô, o Pedro Laranja;

2) outra que estendia-se do ribeirão Carreira de Pedra até o Ribeirão Grande, o povo denominado Côcôjõre o povo da atual aldeia da Mariazinha, cujo "capitão" na época era o Pedro Corredor, o Pêmcob (que abasileirado passou a ser o nome do rio Pecobo);

3) e outra que se estendia do Ribeirão Grande até o ribeirão Curicaca, sob a chefia de Pedro Roxo, o Wô'y. Este povo era chamado de Krĩnjôbrêire (aldeia valente) e é o povo da atual aldeia do São José.

Os Côcôjõire contam que "antes havia uma só aldeia, a aldeia Bonita (nº 2), que por causa de uma briga entre dois irmãos, Intopó e Intocãre, se cindiu. Um deles saiu e foi para a beira do ribeirão Pecobo, a aldeia Wrymareidi (nº 3). Mesmos separados continuaram brigando até que Intopo matou Intocãre, mas as aldeias continuaram separadas". Observando o mapa, podemos ver no território dos Côcôjõire dois grupos de aldeias, as localizadas ao longo do Pecobo e as localizadas no ribeirão Botica e pequenos afluentes do Tocantins.

"Quando o povo abandonou o Pecobo vieram para a barra do ribeirão Grande, na aldeia cujo chefe era o Mané Savito (nº 4); depois foram para o Botica, para a aldeia do Gato Preto, à beira do ribeirão do mesmo nome (Pãnkure, nº 5)". Os dados que disponho me informam que nessa aldeia estavam também os da aldeia Bonita; provavelmente foi aí que se juntaram novamente os Côcôjõire. Das aldeias do Gato Preto tornaram a voltar, na década de 50, para o local da atual Mariazinha, onde mesmo quando moravam na Botica gostavam de pescar quando chegava o verão. Neste local haviam permanecido duas famílias que desde 1928, quando provavelmente se transferiram para a aldeia da Botica, ficaram "guardando" o lugar.

Na região chamada pelos índios de "Cocalinho", existia, no começo deste século, uma aldeia na barra do São Martinho (nº 7) e a aldeia de São Paulo, no Araguaia (nº 8). A aldeia de São Vicente, que deu origem a atual Araguaetins, parece que não mais existia. O velho Chiquinho conta que, quando menino, metade do povo saiu da aldeia do

São Martinho e foi para a aldeia de São Paulo. Era uma aldeia grande, "mas ninguém dormia sossegado com medo de levar borduna de Kayapó". Mas era uma região "pouco sadia, na beira do Araguaia tinha muita febre" e depois de uns 6 anos todos voltaram para a região do Cocal, desaparecendo então esta aldeia do Araguaia. Devemos estar por volta do final da década de 20 e começo da de 30. Quando voltaram a aldeia já estava em outro local, mas acima do ribeirão São Benedito (nº 10). A aldeia permaneceu na região até por volta de 1943, quando a febre praticamente dizimou totalmente a população. O chefe da aldeia de São José, o José Dias Mātuc, foi quem foi buscar e ajudar a transportar os que ainda estavam vivos. Parece que muitos habitantes do Cocalinho, quando voltaram da aldeia de São Paulo, começaram a ir para o Botica, não para as aldeias dos Côcôjõire, mas uma aldeia do Formosa (Nº 11), onde estavam alguns Apinayé que tinham saído das aldeias do São José. De qualquer modo, o povo da região do Cocalinho se incorporou aos Krĩnjôbrêire, e a atual aldeia de São José é a soma destes dois grupos.

Quanto aos Krĩnjôbrêire, das aldeias localizadas no mapa, a mais antiga é a aldeia Bonita (nº 12), que deu o nome à gleba "Fazenda Aldeia Bonita" no município de Nazaré, quase na cabeceira do rio Gameleira. Atualmente no lugar tem uma vila de nome "Natalco" onde bem no centro existe ainda o "limpo" do pátio. Depois desta aldeia foram para a aldeia do "Alegria" (nº 1), de onde sua história passa

a se entrelaçar com a história de Tocantinópolis. Depois foram para as aldeias do ribeirão Bacaba e daí para o São José, onde se encontram até hoje e a parte oeste de seu território, a região do atual município de Nazaré, foi rapidamente ocupada. No final da década de 20, pressionados pelo aumento das invasões e devido a ausência de seu chefe, o José Dias Mātuc, que havia empreendido uma longa viagem até o Rio de Janeiro para apresentar suas queixas ao Presidente pela invasão de seu território, a aldeia se dispersou. Uns se mudaram para a Botica, a aldeia Formosa, e outros já estavam a caminho dos Krahô quando Mātuc voltou e conseguiu reunir os Krĩnjôbrêire novamente na beira do ribeirão São José.

Pensando a história recente dos Apinayé como a movimentação das suas aldeias em 3 espaços politicamente definidos(a área sob a chefia do Pedro Laranja; a área sob a chefia do Pedro Corredor e a área do Pedro Roxo) podemos entender o porque do povo da aldeia da Mariazinha não estar "brigando" pelo aumento da área, somente os de São José e porque a região do Cocalinho, onde existem dados recentes sobre as aldeias que lá existiram até o início da década de 50, não estava incorporada em nenhuma das propostas de demarcação do território.

O povo da Mariazinha não está muito descontente com a proposta de demarcação estabelecida no memorial descritivo de

1978. Com exceção de 2 pontos, sua área de ocupação tradicional permaneceu dentro da área a ser demarcada. Levantaram seu descontentamento: 1) em relação aos limites com o Ribeirão Grande; gostariam de que a aldeia do Mané Savito (nº 4) ficasse dentro, ou pelo menos que a divisa da área chegasse até a confluência do Ribeirão Grande com a estrada estadual que liga Tocantinópolis à Itaguatins.

2) que o rio Pecobo não fosse o limite norte, mas que ficasse todo dentro da área, e sugeriram que saísse uma linha seca acima da barra com o Tocantins e fosse em direção à cabeceira do rio São Martinho.

Enquanto o descontentamento dos Apinayé de São José em relação a demarcação é grande e plenamente justificada: de seu território tradicional não restou quase nada. Os Krijôbrêire perderam : 1) toda a região da zona urbana de Tocantinópolis e arredores, perdendo toda a margem do Tocantins, da barra do Ribeirão Grande até o mínimo que era a barra com o ribeirão Mumbuca.

2) toda a região onde situa-se hoje a sede e arredores circunvizinhos do município de Nazaré, para não falar de toda a região do ribeirão Curicaco.

Por outro lado, os "proprietários" da região do Cocalinho, os que sobreviveram e seus descendentes, não tiveram a força política necessária para mobilizar os Krijôbrêire na defesa de suas terras, já envolvidos na defesa de seu próprio território que estava sendo completamente espoliado. Acreditaram

também na argumentação da FUNAI, quando há tempos foram diretamente perguntar sobre a situação destas terras do Cocalinho, "de que eles não moravam mais lá, por isso tinham perdido o direito sobre elas". Não vejo razão para que não reclamem um território que é seu, de ocupação recente e comprovada pelos próprios regionais e da qual, na verdade, não deixaram de percorrer e fazer incursões. É uma região de cerrado, não muito fértil - em relação a região do Mumbuca e Gameleira por exemplo- e de baixa densidade. Segundo o depoimento de um regional, o sr. João Cunha, morador da beira do S.Benedito e considerado pelos índios como seu agragado, quando ele chegou nesta região, em 1917, tinha uma aldeia no S.Benedito e outra no local onde é hoje a Fazenda Nazaré. Nesse tempo, o capitão ainda era o Pedro Laranja. Quando se casou em 1939, teve o consentimento do então capitão Pedro Veado para que ficasse na área como agragado do índio. Depois que a aldeia acabou, "morreu muito índio", foi que um sr.Lindolfo, já na era de 50, se situou na área no lugar da tapera da aldeia do Cocalinho (nº 10). Quando morreu, seu filho Petronílio Major, vendeu parte da terra e atravessou o ribeirão do Cocalinho, onde ele João Cunha estava como agragado. Mas ele nada pode fazer, e a viúva de Lindolfo, uma senhora de nome Lissa(?) vendeu o resto que tinha junto com o enteado. Atualmente a fazenda São Benedito, onde se localizava a aldeia do mesmo nome, pertence a um senhor José Dorado, que reside em Tocantinópolis, e que a comprou a cerca de 10 anos atrás. Assim que ficaram sabendo, os índios foram até o local e avisaram que era terra

de índio, e que se ele quizesse comprar que era para comprar da mão deles que eram os donos.

Portanto o território que a atual "composição" da aldeia de S. José reivindicam é : 1) a barra do ribeirão Pira com o Mumbuca, lugar de pescaria, e que o lugar da antiga aldeia do Alegria, na beira do ribeirão Alegria, afluente do Pira, fique dentro. Esta aldeia é importante na referência com os brancos, pois a formação de Tocantinópolis se inicia quando estavam morando ali.

2) que o limite oeste de seu território seja, não o ribeirão Raiz, mas o ribeirão Cruz, que passa a uns 2km da sede do município de Nazaré, até sua cabeceira. Os Apinayé nos contam que até uns 20 anos atrás a sede do município não existia, "não tinham ninguém, tinha só um morador de nome Rufino" e que há uns 30 anos ainda caçavam emas em um campo perto da aldeia Bonita, nesse local já existia um morador, de nome Cândido, "ele não gostava quando os índios apareciam, mas a gente sempre ia caçar lá." Foram categóricos quanto a esse limite, já abriram mão de uma imensa parte do território que ocupavam nesta região (vide mapa) e não veêm porque devam ceder ainda mais. No que têm a mais completa razão.

3) e a barra do S. Benedito com o São Martinho até a cabeceira deste, de modo que as aldeias do Cocalinho fiquem dentro.

LIMITES PROPOSTOS PELOS APINAYÉ PARA A DEMARCAÇÃO
DE SEU TERRITÓRIO

Limite Norte

1) Partindo da barra do ribeirão São Martinho com o ribeirão São Benedito, segue o São Martinho até a sua cabeceira; daí segue uma linha seca que tangencie a curva mais setentrional do ribeirão Pecobo, até um pouco mais abaixo da barra deste ribeirão com o Tocantins, de modo que o Pecobo fique inteiramente dentro da área indígena.

Limite Leste

- 2) Subindo o rio Tocantins pela sua margem esquerda até um ponto deste rio que, numa linha reta, encontre a confluência do Ribeirão Grande com a estrada estadual que liga Tocantinópolis a Itaguatins.
- 3) Da confluência do Ribeirão Grande com a estrada, segue por aquele ribeirão subindo pela sua margem esquerda até mais ou menos 2 km.; daí sai uma linha seca no sentido sul que atravesse o Ribeirãozinho até encontrar a barra do ribeirão Pira com o ribeirão Mumbuca, de modo que a antiga aldeia da Alegria fique dentro da área assim como a barra do ribeirão Pira.

Limite Sul

4) Deste ponto segue pelo ribeirão Mumbuca, subindo seu curso pela margem esquerda até encontrar o ribeirão Gameleira; daí segue o Gameleira, subindo seu curso pela margem esquerda até encontrar a barra do ribeirão Cruz.

Limite Oeste

5) Sobe o ribeirão Cruz até a sua cabeceira; daí segue uma linha seca que, atravessando as cabeceiras dos ribeirões Broco e Feio, encontra o São Bento (água do São Benedito) e segue por este rio, descendo seu curso pela sua margem esquerda, até encontrar o São Benedito e daí segue por este rio até a sua barra com o rio São Martinho.

OS APINAYÉ E A ASSISTÊNCIA DA FUNAI

1. O caráter da assistência :

A FUNAI mantém atualmente 2 postos de assistência entre os Apinayé: o Posto Indígena Apinayé situado na aldeia da Mariazinha e o Posto indígena de São José na aldeia de São José.

O P.I. Apinayé foi fundado por volta de 1944 pelo SPI- Serviço de Proteção ao Índio - e até cerca de 4 anos atrás sua sede era a aldeia de S.José. A transferência desta sede para a aldeia da Mariazinha foi o modo encontrado pelo então encarregado de Posto para punir a aldeia de S.José por não corresponder as expectativas da 7ª Delegacia Regional da FUNAI. Estas diziam respeito principalmente a não aceitação por parte desta aldeia dos limites territoriais desejados pela FUNAI para a delimitação da área Apinayé constantes no memorial de 1978 e ao não enquadramento ao modelo de desenvolvimento econômico que a FUNAI desejava implantar. Segundo as palavras do então capitão, o índio Grossinho, "nós dávamos muito desgosto para a FUNAI, então o Sebastião (chefe de posto) roubou o nosso posto e mudou de noite, no escondido, para a aldeia da Mariazinha".

O descontentamento dos Apinayé de S.José com a transferência da sede do Posto foi muito grande. Sentiram-se profundamente lesados, pois " eles que tinham conseguido o Posto do SPI" e "... mesmo antes do SPI se estabelecer na área , eram índios desta aldeia que serviam aos interesses dos Apinayé na cidade em

em caso de conflito" (Matta, 1976;46). Matta que esteve com os Apinayé na década de 60 realça a importância da aldeia de São José por esta ser sede do Posto : "os atuais Apinayé estão plenamente conscientes da importância dessa aldeia, especialmente pelo fato de a comunidade ser sede do Posto"(idem;46)

A rivalidade existente entre as duas aldeias é antiga, tendo sido inclusive apontada por Nimuendajú, que visitando-os em 1937 afirmava " que por motivos que desconheço, existe também uma certa aversão entre os habitantes de Bacaba(S.José) e os de Mariazinha"(1956;15). Esta rivalidade foi propositamente e indevidamente acentuada pela atuação do órgão tutelar. Ao mudar a sede do Posto a tentativa da FUNAI era também , para que no abandono em que foi relegada, S.José acabasse aceitando ser transferida para a aldeia da Mariazinha. Desse modo, esperavam anular as exigências de S.José quanto aos limites sul da área. A aldeia de S.José está muito próxima dos núcleos urbanos regionais, da rodovia Transamazônica e de uma rodovia estadual. Atualmente sua localização é a garantia de não perderem esta parte de seu território, fértil e rica em babaquais.

No início de 1982, por exigência dos Krahô - também grupo Timbira situado no norte de Goiás - a 7ª Delegacia Regional, com sede em Goiânia é desativada, criando-se uma Ajudância Autônoma diretamente ligada a Brasília e sediada em Araguaína.

Esta mudança foi altamente positiva para os Apinayé, principalmente para a aldeia de S. José. A criação, este ano, de um Posto de Assistência em sua aldeia, o P.I.S. José, veio fortalecer-la politicamente pois passam a estar em uma posição de igualdade com a Mariazinha nas reivindicações perante o órgão tutelar e uma autonomia de decisões em suas relações com os brancos.

Abandonada a pressão a que estavam submetidos pela antiga 7ªDR, a aldeia de São José volta a se organizar segundo seus padrões tradicionais. Durante minha estadia entre os Apinayé pude observar o esforço de S. José em reavivar seu estatuto de aldeia. Transferiram-na para mais perto da água e a fizeram na forma tradicional das aldeias Timbira: as casas dispostas em círculo em torno de um pátio. Voltaram a representar especialmente a aldeia modelo, a "unidade fundamental para suas referências", mesmo quando tinham suas casas alinhadas em ruas (cf. Matta, 1976; 61. É verdade que o pátio ainda está meio deslocado do centro da aldeia, mas o velho Salomão, para alegria das mulheres e rapaziada tem cantado de noite com o maracá e, tem sido grande a afluência das mulheres no hõcreboi(4). Por duas vezes os homens se reuniram no pátio para conversar. Esta nova situação me parece bastante promissora.

O P.I. Apinayé situado atualmente na aldeia da Mariazinha, continua vinculado as diretrizes da antiga 7ªDR. Seu chefe de Posto e a aldeia da Mariazinha eram considerados

exemplares pela 7ª DR. É espantosamente triste a visão da aldeia da Mariazinha, principalmente para quem conhece outras aldeias Timbira: 2 fileiras de casas em péssimo estado, com um "banheiro" no centro, chuveiros para os homens e chuveiros e tanques para as mulheres. Colocar no lugar do pátio um "banheiro" é sem dúvida coerente com um chefe de posto que pensa que "o importante é ter a barriga cheia, as festas são luxo" e mostra um profundo desconhecimento pela organização social Apinayé, um desrespeito pela sua cultura, ou por aquilo que seria a sua "razão" ou "vontade" na condução do futuro.

A aldeia da Mariazinha, a primeira vista, parece uma fazenda. No alto a casa avarandada do fazendeiro (o chefe de posto), em baixo as casas alinhadas dos trabalhadores (os Apinayé) e a casa, destoando do conjunto pelo seu acabamento, divisão interna, mobília e vestuário dos seus moradores, do capataz e família (o "capitão", chefe da aldeia). Na verdade não só parece uma fazenda como é administrada como tal. Não é de estranhar, portanto, que a FUNAI tenha investido tantos recursos em uma aldeia, que se conta com uma população de apenas 148 pessoas, soube todavia corresponder às expectativas do órgão tutelar a ponto de ter armazenado perto de 1.000 sacas de arroz!

Além do chefe do PI, de um atendente e de uma professora, quadro de funcionários normal dentro de um posto, este conta também com a colaboração de um técnico agrícola, um motorista, um vaqueiro, dois braçais e um cantineiro - um antigo funcionário do SPI que administra a cantina do PI.

A hierarquia e supremacia dos brancos em relação aos índios é mantida e reforçada na medida em que aos índios é vetada qualquer participação nesta estrutura de poder e controle. Na aldeia São José, pelo menos há a preocupação em se ensinar a um índio como dar remédios, aplicar uma injeção, fazer curativos etc..., tarefas básicas de um atendente de enfermagem. Atualmente este índio está fazendo um treinamento em um hospital do Estado (SESP) em Tocantinópolis. A cantina tem um índio ajudando a administrá-la; quem cuida do gado é também um índio e a comunidade já escolheu um rapaz para aprender a dirigir. Na aldeia de Mariazinha, pelo contrário, estas tarefas são tidas e afirmadas como muito "difíceis", impossíveis de serem exercidas por índios. Há o temor, fundamentado, de que exercendo tais atividades os índios venham a contestar o controle da FUNAI.

3. AS CANTINAS e a exploração do babaçu :

Cada aldeia tem uma cantina controlada pela FUNAI. A cantina de Mariazinha é considerada, por ela, como "bem sucedida", dando uma razoável margem de lucro que permite pagar o cantineiro, algum braçal, bem como adquirir gado e pagar alguns serviços do posto (desde o conserto de veículos até a compra de combustível). Para que isso seja possível é necessário que tenha uma produção de coco babaçu de 3 toneladas em média por semana. A época boa para a coleta do coco vai do final de setembro até novembro, quando a produção chega até 6 toneladas por semana.

A cantina de Mariazinha tem um contrato com a TOBASA de Tocantinópolis e com a OVIA de Imperatriz(MA). O contrato - mensal - estipula em média a entrega de 10 toneladas pelo preço de R\$ 130,00 ou R\$ 128,00 por quilo.

A produção dos índios de Mariazinha alcança na melhor safra uma média de 600 a 800 kg., assim, para que a cantina possa ter uma produção tão alta, estipulada pelos contratos, ela deve comprar o coco dos regionais que moram dentro da área indígena. Sua área de atuação vai do Ribeirão Grande até a barra do Botica com o Pecobo, uma área já demarcada e indiscutivelmente "terra de índio". Mas a FUNAI ao invés de promover a retirada destes regionais de dentro da área indígena, faz é garantir a permanência deles comprando "sua" produção de babaçu.

A cantina tem 9 "pontos", ou seja, 9 regionais que atuam como "entreposto", comprando coco de outros regionais. De 10 em 10 dias o carro da FUNAI passa recolhendo coco, acertando a nova partilha e adiantando o pagamento. O preço pago pela FUNAI está em torno de R\$ 110,00, para compras acima de 20 kg. e abaixo disto R\$ 105,00. O que significa que para os índios, os únicos que vendem isoladamente sua produção - e sempre menor do que 20 kg. - a FUNAI paga menos do que para os regionais de seus "entrepostos" regionais. Estes provavelmente pagam R\$ 105,00 ou menos por quilo a seus fornecedores, dependendo da quantidade e da "quebra" do coco (a perda de peso devido a armazenagem), de modo que seu lucro varia entre 30% e 60%. Assim a FUNAI, em troca do aumento de

capital da cantina sob seu controle assegura a permanência dos regionais dentro da área, ao mesmo tempo em que lhes garante o "usufruto" daquilo - os babaçuais - que pelo Estatuto do Índio seria prerrogativa exclusiva dos Apinayé.

O discurso do chefe do posto é invariavelmente este: "estão vendo como vocês aqui da Mariazinha estão ricos? A cantina de vocês tem um movimento de caixa - contando mercadorias, o gado e o capital - de mais de 4 milhões de cruzeiros". A ideologia veiculada é a do trabalho e da acumulação. E os Apinayé de Mariazinha repetem que, para "viverem bem", é preciso deixar de correr com tora, cantar no hōkrepôí, fazer amikín, viver em aldeias redondas, cortar o cabelo, se pintar com urucú e jenipapo. É preciso tirar e quebrar muito coco, trabalhar muito na roça do Projeto, comprar gado e mais gado...

Durante a reunião que fizemos em Mariazinha, ao discutirmos quais os critérios que deveriam ser adotados na divisão dos recursos entre as duas aldeias, escutei o seguinte argumento: "como nós de Mariazinha somos mais ricos porque somos mais trabalhadores, nós merecemos mais ajuda". Tive que esclarecer então que o Banco Mundial destinou uma verba para as nações de índios que estivessem dentro da influência da estrada de ferro do Projeto Grande Carajás, e não para os mais ricos ou os mais trabalhadores. Ao que um Apinayé de São José complementou que, além do mais, "não estava vendo ninguém mais rico ali: estavam todos vestidos do mesmo jeito, dormindo na esteira, no jirau,

igualzinho, trabalhando de roça, e quando a vontade de comer carne de gado aperta, comprando a carne do mesmo jeito que eles, tendo que pagar a cantina, como eles, quando precisam de café, de sabão, de açúcar etc...". Sem dúvida, não é necessário nenhum esforço de observação para se perceber que os Apinayé da aldeia Mariazinha não são mais "ricos" ou que "vivam melhor" que seus parentes de São José.

A aldeia de São José também tem uma cantina, cuja estrutura de funcionamento é praticamente a mesma, só que não tão prejudicial porque não compra a produção de coco dos regionais que estão situados em seu território. O que quer dizer que ela não "enrica". A produção da aldeia de São José é por volta de 600 kg. por semana na melhor época, dando uma média de 50 kg. por semana no restante do ano. Como sua produção é pequena, a cantina não alcança a quantidade necessária para se vender por contrato, quando se obtém um preço melhor: vende isoladamente, pela oferta do dia, ao comprador que aparecer. Normalmente vende seu coco para a TOBASA ou para outro revendedor de Tocantinópolis por um preço médio de R\$ 120,00 o kg. E compra dos índios por um preço médio de R\$ 110,00. O que quer dizer que tem menos da metade do lucro que a cantina de Mariazinha tira em cima da produção dos índios: a diferença entre o preço de compra e de venda é de R\$10,00 em São José e de R\$25,00 na Mariazinha. Esta diferença na margem de lucro, que poderia ser diminuída no preço das

mercadorias oferecidas (veja relação de preços em anexo) é pouco significativa. Como a cantina de São José não tem capital suficiente para comprar em estoque as mercadorias, paga por elas um preço mais elevado que a cantina da Mariazinha, revedendo-as por um preço maior para os índios, mas sem lucro. A cantina da Mariazinha, ao contrário, compra as mercadorias em grandes quantidades, podendo ainda aumentar seu lucro - e o faz na diferença do preço de compra e venda das mercadorias.

A proximidade de Tocantinópolis devido as excelentes vias de comunicação, favorece os contatos entre os Apinayé e o núcleo urbano, colocando os índios como produtores de babaçu: " ...o coco de babaçu serve como elemento básico de integração dos Apinayé na estrutura regional" (Matta, 1976; 47).

Os Apinayé recorrem à exploração do babaçu como modo de obter dinheiro (outra fonte importante de recursos para a aldeia de São José é a venda de artesanato). Só que "tirar e quebrar coco" é uma atividade marcadamente negativa para os Apinayé: 1) é uma atividade de coleta e portanto considerada como uma atividade feminina, sendo assim realizada via de regra, pelas mulheres e crianças maiores, sendo exercida pelos homens adultos muito raramente, em casos de muita necessidade;

2) é uma atividade orientada para o mercado(para a troca) não implicando em um conjunto de obrigações sociais como as atividades econômicas tradicionais(caça e agricultura), sendo exercida isoladamente pelos membros de uma família nuclear na medida das suas necessidades(cf. Matta, op.cit; 48).

O antigo "capitão" Grossinho foi explícito ao me reproduzir uma conversa com um funcionário do posto recém chegado: " eu avisei para ele, que eu nunca queria ver ele mandando ninguém tirar coco, se eu visse ele ir se preparando para ir embora, como de fato ele nunca mandou mesmo." Na década de 60 principalmente os Apinayé tiveram encarregados do posto que os pressionaram de todos os modos para que eles produzissem do mesmo modo que os regionais, ou seja, em escala industrial. Ficaram quase que 5 anos sem colocar roças, "só no coco", acreditando que com esse procedimento iriam "enricar". Depois desta experiência, os Apinayé não se dedicaram mais exclusivamente à coleta do babaçu. A explicação de Grossinho é clara: "a gente tira o coco porque precisa de algum dinheirinho para comprar um café, um açúcar, um sabão, mas o índio não é o dono do dinheiro, quem manda no dinheiro é o cupê, assim o dinheirinho que a gente pega na mão do cupê volta do mesmo jeitinho para a mão dele".

Assim, os Apinayé não estão preocupados e nem desejam tirar babaçu em escala industrial, o que é um ponto de ten-

são sempre constante não só entre os índios e os encarregados do Posto, como também fere os interesses do município de Tocantinópolis, para quem os ricos babaquais situados dentro da área indígena não deveriam permanecer "improdutivos", não se traduzirem em renda para a municipalidade.

Sem dúvida a ambiguidade apontada por Matta (op. cit.; 49/50) quanto ao desempenho do chefe do posto que, comprometido com a sociedade regional, ao mesmo tempo deve defender os interesses dos índios, ilustra de modo claro a atuação da cantina da Mariazinha que, sob um discurso "protecionista" (que alega que somente comprando a produção dos invasores pode-se ter um controle sobre eles e que, afinal, o lucro reverte para os Apinayé etc...), atende na verdade as exigências do mercado, passando a atuar como uma empresa independentemente dos interesses e características da sociedade Apinayé.

A cantina de Mariazinha fere o exposto no Estatuto do Índio em seu artigo 22º que determina: "cabe aos índios a posse permanente das terras que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes" (grifo meu). Caso os Apinayé queiram usufruir da produção de seus babaquais sem dispender um tempo a mais nesse afazer, seria mais interessante que contratassem os regionais para executar a coleta e a quebra do coco pagando a eles

somente o equivalente ao valor do trabalho (mão-de-obra) e não o valor do coco - o que vem fazendo a cantina da Mariazinha, atuando como se os babaquais da área não pertencessem aos Apinayé. Com o procedimento indicado, os índios poderiam contar com uma entrada de dinheiro que poderiam dispor segundo suas necessidades e acabariam com a argumentação, falaciosa, do atual chefe do posto, de que precisam dos regionais dentro da área para poderem movimentar a cantina. E principalmente, os Apinayé se posicionariam perante a sociedade regional como produtores de babaçu, tornariam seus babaquais produtivos. Tem-se o exemplo elucidativo dos Gavião-Paracatêjê do Pará, que contratam brancos para realizarem a safra da castanha. O que é muito mais interessante que a política da FUNAI, que ao comprar dos brancos o babaçu que é dos Apinayé, transforma os primeiros de invasores em "proprietários".

III.

1. Considerações sobre a aplicação dos recursos :

Entendo que os recursos oriundos do convênio FUNAI/CVRD deveriam ser alocados no sentido de propiciarem aos Apinayé meios eficazes para enfrentarem as alterações, em seu meio ambiente, decorrentes da implantação do Projeto Grande Carajás.

Para os Apinayé a prioridade básica é a demarcação do seu território. Neste sentido, os recursos liberados não estão contribuindo para que os Apinayé venham a ter uma ocupação mais efetiva, o pleno domínio, de seu território. Pelo contrário, os recursos vêm sendo aplicados no sentido de mostrar aos índios o "bom desempenho" da Funai (basta um rápido exame na discriminação dos gastos apresentados pela FUNAI para constatarmos isso).^h A FUNAI não demarca o território Apinayé, não retira os posseiros, não permite que os Apinayé participem da administração dos recursos que são alocados em sua própria comunidade; mas constrói curral, compra caminhão, constrói toda a infraestrutura do posto etc...

Até a minha chegada, os Apinayé desconheciam a origem e a finalidade desta abundância de recursos em seu território e não estavam sabendo que está é talvez a última grande oportunidade de terem seu território, já tão reduzido,

demarcado.

Em relação ao cronograma financeiro apresentado pela FUNAI à CVRD, tenho a fazer as seguintes observações:

1) Quanto a divisão dos recursos entre as aldeias - o cronograma e discriminação de gastos foi elaborado pela FUNAI ainda na gestão da 7ª DR, sem a participação dos Apinayé e de acordo com a política desenvolvimentista adotada por aquela delegacia regional, resultando em uma distribuição desigual e facciosa dos recursos entre as duas aldeias. Nada justifica uma distribuição que beneficie mais a aldeia da Mariazinha em detrimento da aldeia de São José: esta aldeia, com o dobro da população, tinha na programação a metade da verba destinada à Mariazinha.

O conhecimento desta divisão dos recursos provocou irritação na aldeia de São José. A rivalidade entre as duas aldeias, acentuada pela política do órgão tutelar, é muito intensa e o povo de São José sentiu-se enganado pelo chefe do PI Apinayé (a quem estavam subordinados quando da elaboração do programa) e exigiram uma reunião na aldeia da Mariazinha para que pudessem discutir uma nova divisão dos recursos. Avisaram-me que depois que eu falasse eles conversariam somente na "língua", para que pudessem mais livremente sem a interferência dos funcionários da FUNAI, chegar a um acordo. Esta reunião teve mais de 5 horas de duração e ao final chegou-se ao consenso que a verba deveria ser divi

dida igualmente entre as duas aldeias. O documento que sela este acordo está em anexo. A reprogramação destes recursos ficou de ser discutida por cada aldeia junto com seu chefe de posto e posteriormente enviada à CVRD.

2) Quanto aos itens discriminados - o "Projeto de Apoio às Comunidades Indígenas" resultante do convênio entre a CVRD e a FUNAI teria por finalidade a implantação de projetos sócio-econômicos beneficiando as comunidades indígenas. Entretanto o que verificamos pela própria discriminação dos itens do cronograma, é que os recursos vêm sendo aplicados mais no sentido de suprir as deficiências financeiras do órgão tutelar, do que no sentido de propiciar a estas comunidades condições para fazerem frente as transformações que ocorrerão em seu meio ambiente, motivo pelo qual o Banco Mundial, através da CVRD, liberou recursos no valor de US\$ 13.600,000. Parece-me inclusive que esta aplicação, além de indicar uma manipulação indevida dos recursos, vai contra a cláusula 5ª do convênio, que determina as obrigações da FUNAI: " C) manter o exercício de suas atividades normais junto as reservas indígenas ...independentemente da implantação dos projetos de que se originou o presente convênio". Ora, a FUNAI ao contrário está utilizando grande parte destes recursos para "manter o exercício das suas atividades", aumentando desta forma seu patrimônio e desvirtuando, a meu ver, o

espírito do acordo firmado com o Banco Mundial. Como exemplo, consta do sub-programa Apinayé os seguintes itens: aquisição de rádio-fonia para comunicação entre o posto e a delegacia; construção da sede do posto; construção da casa da enfermaria e aquisição de seus equipamentos; manutenção das escolas e enfermarias através da compra de material etc... Que a FUNAI justifique tais desembolsos como "necessários aos índios" e estabelecido com o seu consentimento, é uma falácia. Em primeiro lugar, tais "necessidades" são as necessidades normais da infra-estrutura de assistência que a FUNAI, por lei, deve dar aos índios. Depois não basta perguntar aos índios: "você quer um trator de esteira? uma enfermaria? uma mini-hidrelétrica?etc..." pois logicamente os índios vão dizer que sim (já que não teriam por que negar !). O que é bem diferente se pergutassem: "você receberam esta verba - qual é o plano de vocês para este dinheiro?" que levaria a várias alternativas ao invés de uma única resposta.

Outro ponto que merece atenção é o fato da FUNAI ter previsto o desembolso de mais de 80% dos recursos em 82/83, quando era de se esperar uma distribuição mais equitativa dos recursos ao longo dos 5 anos. Sem dúvida, na implantação de qualquer projeto os custos iniciais são bem maiores. Entretanto, a urgência demonstrada pela FUNAI em gastar praticamente todos os recursos em apenas 2 anos, tem, a meu ver, um significado preciso: o de im-

pedir que a destinação destes recursos sofresse alterações, quer por imposição das comunidades indígenas envolvidas, quer pela pressão que poderia advir da opinião pública em geral. O caso dos Apinayé é claro : a aldeia de São José, pela programação da FUNAI, praticamente não dispõe mais de recursos, mas somente agora, quando já é tarde, soube que poderia dispor deles segundo seus interesses e necessidades.

3) Quanto ao controle dos recursos - pelo que pude observar, tanto a Ajudância, os chefes de postos e principalmente os Apinayé, têm muito pouco controle quer sobre o montante dos recursos disponíveis, os prazos de liberação das verbas, quer sobre o grau de autonomia de cada um dos agentes envolvidos no repasse da verba. As informações sobre os recursos são difíceis de serem obtidas devido a uma burocracia que impede, principalmente aos índios, o controle destes recursos. Por exemplo: a CVRD calcula o desembolso em dolar, e a Ajudância e os postos indígenas em cruzeiros. A diferença resultante da valorização do dolar é impossível de ser calculada - já que os postos sabem o quanto receberam em cruzeiros e não em dolar. O que sem dúvida aumenta o poder de manipulação da FUNAI em Brasília, diminuindo o controle que sobre estes recursos poderiam fazer os índios e os postos.

A programação da FUNAI "sujeita a aprovação da CVRD" não é aquela que de fato vem sendo executada. A verba para 1983 dos Apinayé foi reprogramada pela Ajudância e encaminhada à ASPLAN em Brasília, sem que a mesma tenha, pelo meu conhecimento, chegado à CVRD (em anexo apresento cópias destas reprogramações - já sem efeito - que me foram entregues pelo chefe da Ajudância). Podemos observar também que a discriminação dos recursos para os Apinayé não menciona em nenhum item desembolso com diárias, manutenção. Entretanto o chefe da Ajudância me apresentou o seguinte quadro:

01/10/82	- NP 1513	valor	€\$9.600.000,00
05/10/82	- NP 1531	valor	€\$ 500.000,00 (diárias)
16/11/82	- NP 1708	valor	€\$ 193.704,00
01/05/83	- NP 0030	valor	€\$ 800.000,00 (diárias - manutenção)

E informou-me ainda que o saldo disponível em 1983 para o item "diárias" (€\$ 13.056,00) e "manutenção de viaturas" (€\$ 3.547,00). Mas ainda consta estes itens na programação aprovada pela CVRD? Apesar de

2. RECOMENDAÇÕES :

Concluindo este relatório, tenho a fazer as seguintes recomendações:

- 1) a demarcação urgente do território Apinayé segundo a proposta atual dos índios apresentada neste relatório. Há urgência nesta demarcação, não só pelo tempo que vem sendo protelada, como também pela implantação do Projeto Grande Carajás que provocará no futuro próximo, por pressão demográfica, novas invasões e especulações no território Apinayé.
- 2) como o primeiro passo para a efetivação da demarcação proposta é a retirada dos moradores, recomendo que ela seja feita na seguinte ordem: 1ª - os "proprietários" que residem em Tocantinópolis, com o GETAT cadastrando seus "agregados" para reassentamento em outras terras; 2ª - os invasores recentes (com menos de 15 anos de ocupação) e os povoados formados com a abertura da Transamazônica ("Varedão", "75" e "Inês") e 3ª - os posseiros antigos, que deverão ser devidamente indenizados.
- 3) com a demarcação do território seria aconselhável que os órgãos estadual, DERGO, e federal, DNER, revissem o traçado da Rodovia Transamazônica, no trecho em

que corta a área Apinayé. Como o traçado atual não é ainda o definitivo, seria muito mais interessante que a Transamazônica atravessasse o município de Nazaré aproveitando o traçado de pequenas estradas estaduais que ligam S. Francisco, Nazaré e Cachoeirinha e que são paralelas ao traçado atual da Transamazônica. Esta proposta beneficiaria os moradores da região e os Apinayé, que por maior controle e fiscalização que venham a exercer ao longo da estrada quanto a não fixação de moradores estarão sempre sujeitos a atritos e invasões desnecessários, assim como o movimento constante e crescente da Rodovia contribuirá, sem dúvida, para a diminuição gradativa da caça, já tão reduzida em seu território.

4) Considero indispensável que os Apinayé controlem a aplicação e destinação dos recursos liberados para o "Projeto Especial de Apoio às Comunidades indígenas" pelo convênio CVRD/FUNAI. É inadmissível que a FUNAI represente os Apinayé determinando seus interesses e desejos. A legislação brasileira é clara ao determinar que cabe a tutela assistir os índios e não representá-los em seus interesses, como vêm ocorrendo com a anuência de outros órgãos. Assim é imprescindível a participação efetiva dos Apinayé, não só orientando e determinando a aplicação dos recursos liberados pela CVRD, mas também participando de sua gerência. Neste sentido é necessário um redimensionamento do "Projeto de Apoio" proposto com estes recursos para a área Apina-

yé, bem como uma mudança no quadro dos funcionários da FUNAI alocados no P.I. Apinayé.

5) Os Apinayé estão atravessando um momento definidor para a condução de seu futuro. É aconselhável a presença mais efetiva de uma assessoria antropológica não só para acompanhar junto com os Apinayé a elaboração e execução dos "Projetos de Desenvolvimento" da FUNAI, como também para discutir junto com eles as questões atuais com que se defrontam.

NOTAS

- 1) Escutei com certa frequência que a área pretendida para os Apinayé, deixava o município de Tocantinópolis praticamente "sem terras", restando apenas o núcleo urbano e seus arredores. O próprio prefeito valeu-se deste argumento em reunião com o chefe da Ajudância onde solicitou a revisão dos limites da área. Na verdade, a área Apinayé compreende cerca de $1/3$ da área total do município
- 2) Nas palavras do ex-capitão Grossinho, " nós falamos para eles não botarem o marco, mas eles acabaram botando no escuro, de noite, escondido da gente e foram embora depressa, sem se despedir".
- 3) "Berarubu", comida típica dos Timbira que consistem num grande bolo de massa de mandioca com pedaços de carne. Ele é envolto em folhas de bananeira brava e posto para assar num forno de pedras coberto com terra(o "moquem"). Na citação, o termo refere-se aos vestígios deixados por este forno, as pedras queimadas.
- 4) Canto noturno das mulheres no pátio da aldeia "dirigidas" por um cantador com maracá.

BIBLIOGRAFIA

- Correia, Aldenora Alves.
Boa-Vista do "Padre João". Tocantinópolis, 1977.

- Matta, Roberto da.
Um mundo dividido: a estrutura social dos Apinayé. Petrópolis, Editora Vozes, 1976.

- Mattos , R. José da Cunha.
"Chorographia histórica da Provincia de Goyaz (1824) " in
Rev. Inst. História XXXVII. Rio de Janeiro, 1874.

- Nimuendajú, Curt.
Os Apinayé, Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, tomo XII , Belém , 1956.

- Oliveira, Carlos Estevão de
Os Apinagé do Alto Tocantins. Bol. Museu Nacional. VI,
Rio de Janeiro, 1930.

- ESTATUTO DO INDIO - Fundação Nacional do Índio, Brasília,
Ministério do Interior, 1973.

A N E X O S

- . ficha das aldeias.
- . abaixo assinado dos moradores de Tocantinópolis ao Ministro do Interior solicitando que a proposta de 1978 para a demarcação do território Apinayé seja mantida.
- . ofício do Prefeito de Tocantinópolis ao Chefe de Posto solicitando meu comparecimento a Prefeitura.
- . Levantamento dos moradores e "proprietários" da área Apinayé nos ribeirões: Prata, Mumbuca/gameleira, Ribeirãozinho, Ribeirão Grande, Bonito, Água Branca, Água Escura, Botica.
- . Nome dos moradores que são entrepostos da Cantina do P.I. Apinayé.
- . lista das mercadorias e preço das cantinas.
- . lista dos moradores da área que pagam renda ao capitão da aldeia da Mariazinha.
- . memorando Ajarina para ASPLAN -FUNAI - encaminhando alterações do "Projeto de Apoio" em 14/3/83.
- . memorando chefe Ajarina para ASPLAN solicitando reprogramação dos recursos CVRD para a aldeia de S. José, em 3/6/83.
- . documento selando uma nova divisão dos recursos entre as 2 aldeias Apinayé.

(anexos-cont.)

- . memorial descritivo delimitando a área Apinayé, assinado pelo presidente da FUNAI, Ismarth de Araujo Oliveira, em 24/05/1978.
- . ofício do sr. Presidente da FUNAI ao sr. Presidente do GETAT solicitando o levantamento da situação fundiária da área Apinayé constante do mapa anexo ao ofício.

MAPAS

- . mapa do território tradicional com a localização das aldeias (antigas e atuais) , loteamento do GETAT, principais Rodovias que cortam a área , a proposta atual da FUNAI (sujeita a aprovação) para a demarcação e a proposta feita pelos índios e nesse relatório apresentada.
- . mapa do conjunto do município de Tocantinópolis em 1968 localizando os principais núcleos de moradores - mapa da CEM .

FICHA DAS ALDEIAS

- 1. Grupo Indígena - APINAYÉ
- 2. Grupo Linguístico - JÊ
- 3. Localização -- Município de TOCANTINÓPOLIS (norte de Goiás)
- 4. Postos Indígenas - PI Apinayé e PI São José, subordinados administrativamente à Ajudância Autônoma de Araguaína - AJARINA.

PI APINAYÉ

- 1. aldeia da MARIAZINHA
- 2. população de 148 índios e 27 casas
- 3. chefe do PI - Gaspar Gomes Ribeiro
- 4. total de funcionários - 9

PI São José

- 1. aldeia São José
 - 2. população de 360 índios e 50 casas
 - 3. chefe do PI - Livalcir Gomes Soares
 - 4. total de funcionários - 4
 - 5. missionários das Novas Tribos do Brasil - 4
6. Os Apinayé de ambas as aldeias vivem da caça, pesca, coleta e da agricultura. Comercializam o coco de babaçu e o artesanato.

LEVANTAMENTO DOS MORADORES E "PROPRIETÁRIOS" DA ÁREA
APINAYÉ NOS SEGUINTE RIOS E RIBEIRÕES

1) PRATA

1. "Toinho" - "proprietário" residente em Tocantinópolis; na área reside um agregado; o "proprietário" trabalha no Banco da Amazônia.
2. Joaquim Queiroz - "proprietário" residente em Tocantinópolis; também trabalha no BASA.
3. João Queiroz - "proprietário" residente em Tocantinópolis; tem um agregado de nome Alfredo.
4. "Ioiô" - posseiro.
5. Zoroastro - "proprietário" residente em Tocantinópolis.
6. ? - " " " " " " " , funcionário da Transbrasiliana.
7. Sabino - posseiro.
8. Povoado na barra do Prata com a estrada
9. Neuto - "proprietário" residente em Tocantinópolis; possui um agregado.
10. Trevo - povoado.

2) MUMBUCA/GAMELEIRA

11. Joaquim Mineiro - mora na área, mas tem fazenda fora.
12. Riachinho - fazenda do Dr. Cristo, residente em São Paulo; possui como agregados o sr. Juvenal e seu filho José. *(onde tem a roça)*
13. Tibério Azevedo - "proprietário" comerciante em Tocantinópolis; *(casa Ca. via)* tem um vaqueiro como agregado. *(dito vaqueiro)*
14. Lucas Borges de Andrade - "proprietário" da fazenda "Gameleira"; reside na área.

15. Zeca Gomes - "proprietário" residente em Nazaré; é irmão do deputado federal (PDS) Oziro Gomes.

16. Chiquinho Liziário - posseiro.

(obs. este trecho Mumbuca/Gameleira, não está completo)

3) TOCANTINS

a) Ribeirãozinho

17. cerca do sr. Feliciano de tal, residente em Tocantinópolis.

18. cerca do sr. Astrogildo, secretário do prefeito de Tocantinópolis.

b) Ribeirão Grande

19. Nei de tal - "proprietário" residente em Tocantinópolis (é laboratorista); agregado Mariano Barbosa de Araujo.

20. Sede do clube de campo da Fundação SESP - é agregado o José Alves Pereira.

21. Dr. Renato - "proprietário" residente em Tocantinópolis (advogado).

22. José Bastos e família - posseiro antigo considerado como agregado dos índios.

23. Fazenda TOBASA - "propriedade" da industria de extração de óleo de babaçu TOBASA.

24. ?

25. ?

26. Chacara do "Saló" - "proprietário" que possui um escritório de contabilidade em Tocantinópolis; sua mulher é gerente do Banco do Brasil.

27. Chácara do Jarbas - reside no local; recém chegado de Minas Gerais explora no local um "balneário".

28. Pedro Bento - posseiro, explora no local um "balneario"
30. povoado da Mariazinha.
31. Raimundinho - posseiro
32. povoado pequeno , o "Limueiro".
33. centro do povoado da Mariazinha.
34. Tuna - posseiro
35. Antonio F. Souza - posseiro
36. José Brandão - posseiro
37. Antonio "Bucheca" - posseiro
38. Manezinho do Aleria - posseiro
39. Adãozinho - posseiro
40. povoado
41. Aleriano - "proprietário " residente em Tocantinópolis; o nome da
Fazenda é Limoeiro.

c) Ribeirão Bonito

42. José Vieira - posseiro - 4 moradas
43. Macário - posseiro - 2 casas.
44. Maria Batália - posseira
45. Sebastião Canuto - posseiro
46. Moisés - Fazenda Sítio Novo - "proprietário" residente em Tocantinópolis
47. Pandô - posseiro
48. Raimundo Borges- "proprietário" residente em Tocantinópolis.
49. Luisinho- "proprietário" residente em Tocantinópolis.
50. Benevides - posseiro
51. Zelino - posseiro
52. Atalibas - posseiro

53. Mariano - posseiro
54. Joaquinzinho - "proprietário" residente em Tocantinópolis, tem um vaqueiro como agregado.
55. Fazenda dos Mineiros
56. aglomerado de 5 casas.
57. Lula Borges - posseiro
58. José Brandão - posseiro.

d) própria margem do Tocantins

59. Agenar - posseiro
60. Pedro Roxo - posseiro
61. Maria do Sebastião - posseiro
62. Nonato - posseiro
63. Cornélio - posseiro
64. Vaqueiro da fazenda do Quirino - posseiro.
65. Quilarindo - posseiro.

e) Ribeirão Agua Branca (afluente do Tocantins)

66. Fazenda "Agua Branca" -
67. ? -

f) Ribeirão Agua Escura

67. ? - aglomerado de 3 casas.

g) Ribeirão Botica

68. Os "Catingu" -
69. Fazenda "São Felix" (atual Lurdes) - é um pequeno povoado com 12 casas; m oram no local.
70. Gaspar Queiroz - "proprietário" residente em Tocantinópolis(tem mais ou menos 8 casas na fazenda);

LISTA DOS MORADORES QUE ESTÃO PAGANDO ALGUMA RENDA PARA
O CAPITÃO DA ALDEIA DA MARIAZINHA

Adonias José Gomes da Silva -	15/12/82 -	10.000,00 .
Amadeus Pereira da Luz -	29/01/83 -	12.000,00
Benedito Souza Lima -	11/02/83 -	50.000,00 .
José Pereira dos Santos -	23/04/83 -	6.800,00
Pedro Fernandes de Araujo -	21/05/83 -	4 sacos de arroz
Raimundo de Conceição -	21/05/83 -	6 sacos de arroz .
Florentino Pereira da Silva -	25/05/83 -	6 sacos de arroz .
Pedro Barbosa Moura -	02/06/83 -	4 sacos de arroz .
Pedro Gomes Pereira -	03/06/83 -	2 sacos de arroz ,
Pedro Barbosa da Cruz -	04/06/83 -	4 sacos de arroz
Raimundo conceição da Silva-	04/06/83 -	1 saco de arroz .
Vicente Paiva de Araujo -	05/06/83 -	4 sacos de arroz .
José Pereira da Silva -	06/06/83 -	6 sacos de arroz .
José Dias Calde -	08/06/83 -	1.000,00
- Moisés Gomes Pereira -	11/06/83 -	50.000,00
Rui Valdeino Conceição Arcanjo	22/06/83 -	2 sacos de arroz
Silvino Lopes da Silva-	22/06/83 -	1 saco de arroz

NOMES DOS MORADORES QUE SÃO ENTREPOSTOS DA CANTINA
DO P.I. APINAYÉ - ALDEIA DA MARIAZINHA.

- . Crispim da Papagoia
- . Cacau
- . Nonato
- . Maria
- . José Brandão
- . Luizinho
- . Franco
- . D. Doemia
- . José Carpino
- . Cristino Gomes Moraes

- estes regionais estão situados desnta da área indígena, na região compreendida entre a barra do ribeirão Botica com o ribeirão Pecobo até o Ribeirão Grande.

LISTA DOS PREÇOS DAS CANTINAS

Produtos	Mariazinha	São José
Farinha (o prato)	100,00	130,00
Açucar (2 kg.)	450,00	500,00
Café (250 gr.)	330,00	350,00
Sabão (barra)	80,00	100,00
Fumo (pacote)	120,00	130,00
Sal (kg.)	30,00	30,00
Fósforo (caixa)	10,00	10,00
Arroz (o prato)	300,00	300,00
Feijão (kg.)	250,00	250,00
Querosene (litro)	250,00	250,00
Pólvora (tubo)	350,00	280,00
Espoleta (caixa)	600,00	500,00
Sandália	300,00	350,00
Cebola (kg.)	350,00	375,00
Alho (cabeça)	50,00	50,00
Óleo (lata)	350,00	375,00
Margarina	150,00	—
Rapadura (tijolo)	100,00	—
Sonrisal	70,00	—
Doril	60,00	—
Neocid	150,00	—
Maizena	90,00	90,00
Quisuco	30,00	30,00
Hollywood	325,00	350,00
Extrato de Tomate	130,00	150,00
Bombril (pacote)	130,00	100,00
Omo "	250,00	—
Sardinha (lata)	200,00	200,00
Gilette	30,00	50,00



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

No dia 22 de junho de 1983, realizou-se na sede da escola da aldeia Mariazinha, Posto Indígena Apinayé, reunião onde estiveram presentes o chefe da aldeia de S. José, sr. Romão Sotero Atorcrã, o chefe da aldeia Mariazinha, sr. José Ribeiro Topcryt, e lideranças das 2 aldeias em um total aproximado de 40 Apinayé. Nesta reunião, assistida em parte pelo chefe do P.I. Apinayé e demais funcionários do Posto e pela antropóloga da Vale do Rio Docê, ficou decidido que a verba total programada para a Reserva Apinayé seria dividida em partes iguais conforme decisão e vontade dos chefes e lideranças indígenas. Ficou decidido também que os gastos já efetuados por cada aldeia na programação anterior, seriam descontados do montante correspondente a cada uma segundo esta nova divisão dos recursos disponíveis pelo Convênio FUNAI / CVRD.

José Ribeiro Topcryt
José Ribeiro Topcryt
ch. da aldeia Mariazinha

Maria Elisa Ladeira

Maria Elisa Ladeira
Antropóloga CVRD

Romão Sotero
Romão Sotero Atorcrã
ch. da aldeia S. José.

Itamar Angelo dos Santos

Itamar Angelo dos Santos
Che. Subst. do titular
Gaspar Gomes Ribeiro
P.I. Apinayé.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

MEMO. Nº 204 /DGPI

Em 14 ABR 1983

Do: Diretor do D.G.P.I

Ac: Sr. Chefe da AJARINA

Assunto: Encaminhamento (Faz)

Encaminho a V.Sa., em anexo, para fins de conhecimento e providências que se fizerem necessárias, cópia do Ofício nº 372/PRES/DGPI, de 11.04.83, expedido ao Sr. Presidente do GETAT, ocasião em que a FUNAI consultou aquele órgão, a possibilidade do fornecimento do levantamento da situação fundiária, quanto a titulação e ocupação das áreas abrangidas pelos estudos de criação das áreas indígenas APINAGÉ e KRIKATI, visando uma avaliação global das medidas necessárias à criação das citadas áreas indígenas.

Atenciosamente,

JOSÉ  UBIRAJARA P. CALBILHO

- Diretor do D.G.P.I. -

DGPI/CMV

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO
RECEBUEIRO
Em _____ de _____ de 1983



Estado de Goiás
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINÓPOLIS

Of nº 117/83

Tocantinópolis, 24 de junho de 1983.

Ilm^{as}. Sr.
Encarregado Setorial da FUNAI
N e s t a

Prezado Senhor,

Sabedores da presença de uma antropóloga nesta região, a serviço desse órgão, gostaríamos de, por seu intermédio, receber a visita dessa pessoa, para obtermos informações sobre suas atividades, no intuito de acalmar expectativas que se abatem sobre nossos munícipes.

Reafirmamos nossos protestos de consideração e estima, e subscrevemo-nos

atenciosamente

José Sabóia de Souza Lima

Prefeito Municipal

OFÍCIO Nº 3-2 /PRES/DGPI


Brasília, 11 ABR 1963

Do.: Exmo. Sr. Presidente da FUNAI
Ao.: Exmo. Sr. Presidente do GETAT

Em atendimento ao contato mantido pelo Sr. Diretor do DGPI, Cel. Roberto Cy dos Guimarães e o Sr. Diretor do DGPI, Engº José Ubirajara P. Calhillo, com o Cel. Alcete, Assessor desse GETAT, ocasião em que a FUNAI consultou sobre a possibilidade de ser fornecido por esse órgão, o levantamento da situação fundiária, quanto a titulação e ocupação das áreas abrangidas pelos estudos de criação das áreas indígenas APINAJÉ e KRIKATI informamos que tais dados são imprescindíveis para uma avaliação global das medidas necessárias à criação das citadas áreas indígenas.

Visando melhor subsidiar os estudos desse Grupo, estamos remetendo as plantas das áreas acima mencionadas.

Na oportunidade apresento a V. Exa. votos de estima e consideração.


PAULO MOREIRA LEAL
Presidente/FUNAI

DGPI/DCP/rm.